

# DOSSIÊ





# Comunicação e democracia

Marilena Chauí\*

---

## Resumo

Este texto distingue entre a concepção liberal da democracia e a sociedade democrática fundada na criação e conservação de direitos econômicos, sociais, políticos e culturais. Procura também mostrar a dificuldade da democracia no Brasil, mostrando que nossa sociedade é autoritária. O exame da relação entre comunicação e democracia é feito a partir da análise da recusa por parte da mídia de aceitar o direito à opinião pública e o direito à informação pelos cidadãos. Esse exame busca determinar o poder da mídia como poder econômico, político e ideológico.

**Palavras-chave:** Democracia. Comunicação. Mídia. Opinião Pública.

---

## Abstract

This text distinguishes between the liberal conception of democracy and the democratic society founded on the creation and conservation of economic, social, political and cultural rights. It also seeks to show the difficulty of democracy in Brazil, showing that our society is authoritarian. The examination of the relationship between communication and democracy is based on the analysis of the refusal by the media to accept the right to public opinion and the right to information by citizens. This examination seeks to determine the power of the media as economic, political, and ideological power.

**Keywords:** Democracy. Communication. Media. Public Opinion.

## A sociedade democrática

Estamos acostumados a aceitar a definição liberal da democracia como regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais. Visto que o pensamento e a prática liberais identificam a liberdade com a ausência de obstáculos à competição, essa definição da democracia significa, em primeiro lugar, que a liberdade se reduz à competição econômica da chamada “livre-iniciativa” e à competição política entre partidos que disputam eleições; em segundo, que há uma redução da lei à potência judiciária para limitar o poder político, defendendo a sociedade contra a tirania, pois a lei garante os governos escolhidos pela vontade da maioria; em terceiro, que há uma identificação entre a ordem e a potência dos

---

\* Possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1965), especialização em Licenciatura pela Universidade de São Paulo (1965), mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1967) e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1971). Atualmente é professora titular da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em História da Filosofia. Atua principalmente nos seguintes temas: Imanência, Liberdade, Necessidade, Servidão, Beatitude e Paixão.

poderes Executivo e Judiciário para conter os conflitos sociais, impedindo, em geral com o recurso à repressão, sua explicitação e seu desenvolvimento; e, em quarto lugar, que, embora a democracia apareça justificada como “valor” ou como “bem”, é encarada, de fato, pelo critério da *eficácia*, medida, no plano legislativo, pela ação dos representantes, entendidos como políticos profissionais, e, no plano do poder Executivo, pela atividade de uma elite de técnicos competentes aos quais cabe a direção do Estado – como escreveu certa vez o liberal Stuart Mill, a democracia é a administração de muitos por poucos.

Ora, há, na prática democrática e nas ideias democráticas, uma profundidade e uma verdade muito maiores e superiores ao que liberalismo percebe e deixa perceber.

Podemos, em traços breves e gerais, caracterizar a democracia ultrapassando a simples ideia de um regime político identificado à forma do governo, tomando-a como forma geral de uma sociedade, a *sociedade democrática* e, assim, considerá-la:

**Há, na prática democrática e nas ideias democráticas, uma profundidade e uma verdade muito maiores e superiores ao que liberalismo percebe e deixa perceber.**

1. Forma sociopolítica definida pelo princípio da *isonomia* (igualdade dos cidadãos perante a lei) e da *isegoria* (direito de todos para expor em público suas opiniões, vê-las discutidas, aceitas ou recusadas em público), tendo como base a afirmação de que todos são iguais porque livres, isto é, ninguém está sob o poder de um outro porque todos obedecem às mesmas leis das quais todos são autores (autores diretamente, numa democracia participativa; indiretamente, numa democracia representativa). Onde o maior problema da democracia numa sociedade de classes ser o da manutenção de seus princípios – igualdade e liberdade – sob os efeitos da desigualdade real;

2. Forma sociopolítica que busca enfrentar as dificuldades acima apontadas conciliando o princípio da igualdade e da liberdade e a existência real das desigualdades, bem como o princípio da legitimidade do

conflito e a existência de contradições materiais introduzindo, para isso, a ideia dos *direitos* (econômicos, sociais, políticos e culturais). Graças aos direitos, os desiguais conquistam a igualdade, entrando no espaço político para reivindicar a participação nos direitos existentes e sobretudo para *criar novos direitos*. Estes são novos não simplesmente porque não existiam anteriormente, mas porque são diferentes daqueles que existem, uma vez que fazem surgir, como cidadãos, novos sujeitos políticos que os afirmaram e os fizeram ser reconhecidos por toda a sociedade.

3. Graças à ideia e à prática da criação de direitos, a democracia não define a liberdade apenas pela ausência de obstáculos externos à ação, mas a define pela autonomia, isto é, pela capacidade de os sujeitos sociais e políticos darem a si mesmos suas próprias normas e regras de ação. Passa-se, portanto, de uma definição negativa da liberdade – o não obstáculo ou o não constrangimento externo – a uma definição

positiva – dar a si mesmo suas regras e normas de ação. A liberdade possibilita aos cidadãos instituir contrapoderes sociais por meio dos quais interferem diretamente no poder mediante reivindicações e controle das ações estatais.

4. Pela criação dos direitos, a democracia surge como o único regime político realmente aberto às mudanças temporais, uma vez que faz surgir o novo como parte de sua existência e, conseqüentemente, a temporalidade é constitutiva de seu modo de ser, de maneira que a democracia é a *sociedade verdadeiramente histórica*, isto é, aberta ao tempo, ao possível, às transformações e ao novo. Com efeito, pela criação de novos direitos e pela existência dos contrapoderes sociais, a sociedade democrática não está fixada numa forma para sempre determinada, pois não cessa de trabalhar suas divisões e diferenças internas, de orientar-se pela possibilidade objetiva de alterar-se pela própria *práxis*;
5. Forma política na qual, ao contrário de todas as outras, o conflito é considerado legítimo e necessário, buscando mediações institucionais para que possa exprimir-se. A democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos. Donde uma outra dificuldade democrática nas sociedades de classes: como operar com os conflitos quando estes possuem a forma da contradição e não a da mera oposição?
6. Única forma sociopolítica na qual o caráter popular do poder e das lutas tende a evidenciar-se nas sociedades de classes, na medida em que os direitos só ampliam seu alcance ou só surgem como novos pela ação das classes populares contra a cristalização jurídico-política que favorece a classe dominante. Em outras palavras, a marca da democracia moderna, permitindo sua passagem de democracia liberal à democracia social, encontra-se no fato de que somente as classes populares e os excluídos (as “minorias”) reivindicam direitos e criam novos direitos;
7. Forma política na qual a distinção entre o poder e o governante é garantida não só pela presença de leis e pela divisão de várias esferas de autoridade, mas também pela existência das eleições, pois estas (contrariamente ao que afirma a ciência política) não significam mera “alternância no poder”, mas assinalam que o poder está sempre vazio, que seu detentor é a sociedade e que o governante apenas o ocupa por haver recebido um mandato temporário para isto. Em outras palavras, os sujeitos políticos não são simples votantes, mas eleitores. Eleger significa não só exercer o poder, mas manifestar a origem do poder, repondo o princípio afirmado pelos romanos quando inventaram a política: eleger é “dar a alguém aquilo que se possui, porque ninguém pode dar o que não tem”, isto é, eleger é afirmar-se soberano para escolher ocupantes temporários do governo.

Dizemos, então, que uma sociedade – e não um simples regime de governo – é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da República, respeito à vontade da maioria e da minoria, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui *direitos*, e que essa instituição é uma criação social, de

tal maneira que a atividade democrática social realiza-se como um contrapoder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes.

## A sociedade autoritária

A sociedade brasileira é estruturalmente autoritária, violenta, hierárquica e oligárquica, e o Estado é patrimonialista e cartorial, organizado segundo a lógica clientelista e burocrática. O clientelismo bloqueia a prática democrática da representação – o representante não é visto como portador de um mandato dos representados, mas como provedor de favores aos eleitores. A burocracia bloqueia a democratização do Estado porque não é uma organização do trabalho e sim uma forma de poder fundada em três princípios opostos aos democráticos: a hierarquia, oposta à igualdade; o segredo, oposto ao direito à informação; e a rotina de procedimentos, oposta à abertura temporal da ação política.

**Social e economicamente  
nossa sociedade está  
polarizada entre a carência  
absoluta das camadas  
populares e o privilégio  
absoluto das camadas  
dominantes e dirigentes,  
bloqueando a instituição  
e a consolidação  
da democracia.**

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, a sociedade brasileira é marcada pelo domínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação de mando e obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos,

jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações entre os que se julgam iguais são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade; e, entre os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação, e, quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma da opressão. Em suma: micropoderes capilarizam em toda a sociedade de sorte que o autoritarismo da e na família se espalha para a escola, as relações amorosas, o trabalho, a mídia, o comportamento social nas ruas, o tratamento dado aos cidadãos pela burocracia estatal, e vem exprimir-se, por exemplo, no desprezo do mercado pelos direitos do consumidor (coração da ideologia capitalista) e na naturalidade da violência policial.

*Social e economicamente nossa sociedade está polarizada entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes e dirigentes, bloqueando a instituição e a consolidação da democracia.*

De fato, fundada na noção de direitos, a democracia está apta a diferenciá-los de *privilégios e carências*. Um privilégio é, por definição, algo particular que não pode generalizar-se

nem universalizar-se sem deixar de ser privilégio. Uma carência é uma falta também particular ou específica que se exprime numa demanda também particular ou específica, não conseguindo generalizar-se nem universalizar-se. Um direito, ao contrário de carências e privilégios, não é particular e específico, mas geral e universal, seja porque é o mesmo e válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais, seja porque, embora diferenciado, é reconhecido por todos (como é o caso dos chamados direitos das minorias). Assim, a polarização econômico-social entre a carência e o privilégio ergue-se como obstáculo à instituição de direitos, definidora da democracia.

A esses obstáculos, podemos acrescentar ainda aquele decorrente do neoliberalismo, qual seja, o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado.

Do ponto de vista econômico, o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado são determinados pela economia e política neoliberais, que se definem pela eliminação de direitos econômicos, sociais e políticos garantidos pelo poder público, em proveito dos interesses privados da classe dominante, isto é, em proveito do capital; a economia e a política neoliberais são a decisão de destinar os fundos públicos aos investimentos do capital e de cortar os investimentos públicos destinados aos direitos sociais, transformando-os em serviços definidos pela lógica do mercado, isto é, a privatização dos direitos transformados em serviços, privatização que aumenta a cisão social entre a carência e o privilégio, aumentando todas formas de exclusão.

Do ponto de vista político, o encolhimento do público e o alargamento do privado podem ser observados sob dois aspectos principais: (1) a destruição da discussão e do debate públicos sobre projetos e programas de governo e sobre as leis, destruição produzida pelo surgimento do *marketing* político, sob os efeitos da ideologia pós-moderna, que aceita a submissão da política aos procedimentos da sociedade de consumo e de espetáculo. O *marketing* político busca vender a imagem do político e reduzir o cidadão à figura privada do consumidor. Para obter a identificação do consumidor com o produto, o marketing produz a imagem do político enquanto pessoa privada: características corporais, preferências sexuais, culinárias, literárias, esportivas, hábitos cotidianos, vida em família, bichos de estimação. A privatização das figuras do político e do cidadão privatiza o espaço público; (2) a transformação da política em uma questão técnica que deve ficar nas mãos de especialistas competentes, cabendo aos cidadãos reconhecer a própria incompetência, confiar na competência dos técnicos e reduzir a participação política ao momento do voto nas eleições, seguindo a concepção liberal, isto é, a ideia de que a participação política se reduz ao momento do voto, no qual os cidadãos escolhem entre vários programas de governo, cabendo ao governante eleito organizar uma equipe de técnicos para a realização do programa, de maneira que nesta concepção da política oculta-se a luta de classes, minimiza-se a ação dos movimentos sociais e populares e sobretudo negligenciam-se e ocultam-se o papel dos conflitos econômicos, sociais e culturais, as divergências entre forças políticas e os obstáculos à concretização de programas e projetos políticos pelo poder da estrutura jurídica e burocrática do Estado.

E, sem dúvida, o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado colocam em evidência o bloqueio a um direito democrático fundamental, sem o qual a ci-



dadania, entendida como participação social, política e cultural é impossível, qual seja, o *direito à informação*.

Com isso passamos à questão dos meios de comunicação de massa e o exercício do poder.

## Os meios de comunicação

Podemos focalizar a questão do exercício do poder pelos meios de comunicação de massa sob dois aspectos principais: o econômico e o ideológico.

Do ponto de vista econômico, os meios de comunicação fazem parte daquilo que Adorno e Horkheimer designaram com a expressão *indústria cultural*. Indústria porque não estão apenas a serviço do capital, mas são parte constitutiva da acumulação e reprodução capitalistas, ou seja, são empresas privadas operando no mercado. Tanto é assim que, sob a ação da forma econômica neoliberal ou da chamada globalização, a indústria da comunicação

—  
**A ideologia da  
 competência [...] não é  
 qualquer um que pode  
 em qualquer lugar e em  
 qualquer ocasião dizer  
 qualquer coisa  
 a qualquer outro.**  
 —

passou por profundas mudanças estruturais por meio de fusões e aquisições que deram a companhias globais posições de domínio na mídia (COSTA, 2005). Além da forte concentração (os oligopólios beiram o monopólio), também é significativa a presença, no setor das comunicações, de empresas que não tinham vínculos com ele nem tradição nessa área. O porte dos investimentos e a perspectiva de lucros jamais vistos levaram grupos proprietários de bancos, indústria metalúrgica, indústria elétrica e eletrônica, fabricantes de armamentos e aviões de combate, indústria de telecomunicações a adquirir, mundo afora, jornais, revistas, serviços de telefonia, rádios e televisões, portais de internet, satélites etc.

No caso do Brasil, o poderio econômico dos meios é inseparável da forma oligárquica do poder do Estado, produzindo um dos fenômenos mais contrários à democracia, qual seja, o que Alberto Dines chamou de “coronelismo eletrônico”, isto é, a forma privatizada das concessões públicas de canais de rádio e televisão, concedidos a parlamentares e *lobbies* privados, de tal maneira que aqueles que deveriam fiscalizar as concessões públicas se tornam concessionários privados, apropriando-se de um bem público para manter privilégios, monopolizando a comunicação e a informação. Esse privilégio é um poder político que se ergue contra dois direitos democráticos essenciais: a *isonomia* (a igualdade perante a lei) e a *isegoria* (o direito à palavra ou o igual direito de todos de expressar-se em público e ter suas opiniões publicamente discutidas e avaliadas). Numa palavra, a cidadania democrática exige que os cidadãos estejam informados para que possam opinar e intervir politicamente, e isso lhes é roubado pelo poder econômico dos meios de comunicação.

A *isonomia* e a *isegoria* são também ameaçadas e destruídas pelo poder ideológico dos meios de comunicação. De fato, do ponto de vista ideológico, a mídia exerce o poder sob



a forma do que denominamos a *ideologia da competência*, cuja peculiaridade está em seu modo de aparecer sob a forma anônima e impessoal do *discurso do conhecimento*, e cuja eficácia social, política e cultural está fundada na crença na racionalidade técnico-científica.

A ideologia da competência pode ser resumida da seguinte maneira: não é qualquer um que pode em qualquer lugar e em qualquer ocasião dizer qualquer coisa a qualquer outro. O discurso competente determina de antemão quem tem o direito de falar e quem deve ouvir, assim como predetermina os lugares e as circunstâncias em que é permitido falar e ouvir, e define previamente a forma e o conteúdo do que deve ser dito e precisa ser ouvido. Essas distinções têm como fundamento uma distinção principal, aquela que divide socialmente os detentores de um saber ou de um conhecimento (científico, técnico, religioso, político, artístico), que podem falar e têm o direito de mandar e comandar, e os desprovidos de saber, que devem ouvir e obedecer. Numa palavra, a ideologia da competência institui a divisão social entre os competentes, que sabem e por isso mandam, e os incompetentes, que não sabem e por isso obedecem.

Enquanto discurso do conhecimento, essa ideologia opera com a figura do *especialista*. Os meios de comunicação não só se alimentam dessa figura, mas não cessam de instituí-la como sujeito da comunicação. O especialista competente é aquele que, no rádio, na TV, na revista, no jornal ou no multimídia, divulga saberes, falando das últimas descobertas da ciência ou nos ensinando a agir, pensar, sentir e viver. O especialista competente nos ensina a bem fazer sexo, jardinagem, culinária, educação das crianças, decoração da casa, boas maneiras, uso de roupas apropriadas em horas e locais apropriados, como amar Jesus e ganhar o céu, meditação espiritual, como ter um corpo juvenil e saudável, como ganhar dinheiro e subir na vida. O principal especialista, porém, não se confunde com nenhum dos anteriores, mas é uma espécie de síntese, construída a partir das figuras precedentes: é aquele que explica e interpreta as notícias e os acontecimentos econômicos, sociais, políticos, culturais, religiosos e esportivos, aquele que devassa, eleva e rebaixa entrevistados, zomba, premia e pune calouros – em suma, o chamado “formador de opinião” e o “comunicador”.

Dizendo-nos o que *devemos* pensar, sentir, falar e fazer, a ideologia da competência afirma que nada sabemos e seu poder se realiza como *manipulação e intimidação* social e cultural.

Todavia, é preciso compreender o que torna possíveis essa manipulação e essa intimidação e de onde vem a eficácia da operação dos especialistas. O que as possibilita é, de um lado, a presença cotidiana (explícita ou difusa), em todas as esferas de nossa existência, da competência como forma que confere sentido racional às divisões, assimetrias, desigualdades e hierarquias sociais – em suma, a interiorização da ideologia da competência pela sociedade; e, de outro lado, sua manifestação reiterada e perfeita na estrutura dos meios de comunicação, que, por meio do aparato tecnológico e dos procedimentos de encenação e de persuasão, aparecem com a capacidade mágica de fazer acontecer o mundo. Ora, essa capacidade é a competência suprema, a forma máxima do poder: o poder de criar a realidade, poder que, outrora, havia sido reservado aos deuses.

Um dos aspectos mais terríveis desse duplo poder dos meios de comunicação se manifesta nos procedimentos midiáticos de produção da culpa e condenação sumária dos

indivíduos, por meio de um instrumento psicológico profundo: a *suspeição*, que pressupõe a *presunção de culpa*. Ao se referir ao período do Terror, durante a Revolução Francesa, Hegel considerou que uma de suas marcas essenciais é afirmar que, por princípio, todos são suspeitos e que os suspeitos são culpados antes de qualquer prova. Ao praticar o terror, a mídia fere dois direitos constitucionais democráticos, instituídos pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789 (Revolução Francesa), e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, quais sejam: a presunção de inocência (ninguém pode ser considerado culpado antes da prova da culpa) e a retratação pública dos atingidos por danos físicos, psíquicos e morais, isto é, atingidos pela infâmia, pela injúria e pela calúnia.

—

**As ondas sonoras  
do rádio e as transmissões  
televisivas tornam-se cada  
vez mais consultórios  
sentimental, sexual,  
gastronômico, geriátrico,  
ginecológico, culinário,  
de cuidados com o corpo.**

—

A estrutura autoritária da sociedade brasileira, o neoliberalismo como encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado e a ideologia da competência colocam em evidência o bloqueio a um direito democrático fundamental sem o qual a cidadania, entendida como participação social, política e cultural, é impossível, qual seja, *o direito à informação*.

### **Destruição da opinião pública**

Faz parte da vida da grande maioria da população brasileira ser espectadora de um tipo de programa de televisão no qual a intimidade das pessoas é o objeto central do espetáculo: programas de auditório, de entrevistas e de debates com adultos, jovens e crianças contando suas preferências pessoais do sexo ao brin-

quedo, da culinária ao vestuário, da leitura à religiosidade, do ato de escrever ou encenar uma peça teatral aos hábitos de lazer e cuidados corporais.

As ondas sonoras do rádio e as transmissões televisivas tornam-se cada vez mais consultórios sentimental, sexual, gastronômico, geriátrico, ginecológico, culinário, de cuidados com o corpo (ginástica, cosméticos, vestuário, medicamentos), de jardinagem, carpintaria, bastidores da criação artística, literária e da vida doméstica. Os entrevistados e debatedores, os competidores dos torneios de auditório, os que aparecem nos noticiários, todos são convidados e mesmo instados com vigor a que falem de suas preferências, indo de sabores de sorvete a partidos políticos, de livros e filmes a hábitos sociais. Não é casual que os noticiários, no rádio e na televisão, ao promoverem entrevistas em que a notícia é intercalada com a fala dos direta ou indiretamente envolvidos no fato, tenham sempre repórteres indagando a alguém: “o que você sentiu/sente com isso?” ou “o que você achou/acha disso?” ou “você gosta? não gosta disso?”. Não se pergunta aos entrevistados o que pensam ou o que julgam dos acontecimentos, mas o que sentem, o que acham, se lhes agrada ou desagrada. Há programas de entrevista no rádio e na televisão que simulam uma cena doméstica – um almoço, um jantar – ou se realizam nas casas dos entrevistados durante o café da manhã, o almoço ou o jantar, nos quais

a casa é exibida, os hábitos cotidianos são descritos e comentados, álbuns de fotografias ou as próprias pessoas da família são mostradas ao vivo e em cores.

Também tornou-se um hábito nacional jornais e revistas especializarem-se cada vez mais em telefonemas a “personalidades”, indagando-lhes sobre o que estão lendo no momento, que filme foram ver na última semana, que roupa usam para dormir, qual é a lembrança infantil mais querida que guardam na memória, que música preferiam aos 15 anos de idade, o que sentiram diante de uma catástrofe nuclear ou ecológica, ou diante de um genocídio ou de um resultado eleitoral, o sabor do sorvete preferido, o restaurante predileto, o perfume desejado. Os assuntos se equivalem, todos são questão de gosto ou preferência, todos se reduzem à igual banalidade do “gosto” ou “não gosto”, do “achei ótimo” ou “achei horrível”.

Como observa Christopher Lash, em *A cultura do narcisismo*, os *mass media* tornaram irrelevantes as categorias da verdade e da falsidade, substituindo-as pelas noções de credibilidade ou plausibilidade e confiabilidade – para que algo seja aceito como real basta que apareça como crível ou plausível, ou como oferecido por alguém confiável. Os fatos cedem lugar a declarações de “personalidades autorizadas”, que não transmitem informações, mas preferências, e estas se convertem imediatamente em propaganda. Qual é a base de apoio da credibilidade e da confiabilidade? A personalidade cuja vida privada se torna suporte e garantia da ordem pública. As relações interpessoais, as relações intersubjetivas e as relações grupais aparecem com a função de ocultar ou de dissimular as relações sociais enquanto sociais e as relações políticas enquanto políticas. De fato, as relações pessoais são imediatas, isto é, definidas pelo relacionamento direto entre pessoas e por isso mesmo nelas os sentimentos, as emoções, as preferências e os gostos têm um papel decisivo; ao contrário, as relações sociais e políticas são mediatas ou mediações referentes a interesses e a direitos regulados pelas instituições, pela divisão social das classes e pela separação entre o social e o poder político, mas agora perdem sua especificidade e passam a operar sob a aparência da vida privada, portanto, referidas a preferências, sentimentos, emoções, gostos, agrado e aversão.

Não é casual, mas uma consequência necessária dessa privatização do social e do político, a destruição de uma categoria essencial das democracias, qual seja, a da *opinião pública*. Esta, em seus inícios modernos, era definida como a expressão, no espaço público, de uma reflexão individual ou coletiva sobre uma questão controvertida e concernente ao interesse ou ao direito de uma classe social, de um grupo ou mesmo da maioria. A opinião pública era um juízo emitido em público sobre uma questão relativa à vida política, era uma reflexão feita em público e por isso definia-se como uso público da razão e como direito à liberdade de pensamento e de expressão.

É sintomático que, hoje, se fale em “sondagem de opinião”. Com efeito, a palavra “sondagem” indica que não se procura a expressão pública racional de interesses ou direitos e sim que se vai buscar um fundo silencioso, um fundo não formulado e não refletido, isto é, que se procura fazer vir à tona o não pensado, que existe sob a forma de sentimentos e emoções, de preferências, gostos, aversões e predileções, como se os fatos e os acontecimentos

da vida social e política pudessem vir a se exprimir pelos sentimentos pessoais. *Em lugar de opinião pública, tem-se a manifestação pública de sentimentos.*

É possível perceber três deslocamentos sofridos pela ideia e prática da opinião pública: o primeiro, como salientamos, é a substituição da ideia de uso público da razão para exprimir interesses e direitos de um indivíduo, um grupo ou uma classe social pela ideia de expressão em público de sentimentos, emoções, gostos e preferências individuais; o segundo, como também observamos, é a substituição do direito de cada um e de todos de opinar em público pelo poder de alguns para exercer esse direito, surgindo, assim, a curiosa expressão “formador de opinião”, aplicada a intelectuais, artistas e jornalistas; o terceiro, que ainda não havíamos mencionado, decorre de uma mudança na relação entre os vários meios de comunicação sob os efeitos das tecnologias eletrônica e digital e da formação de oligopólios mediáticos globalizados. Esse

—

**Os jornalista passam  
a ocupar o lugar que,  
tradicionalmente, cabia  
a grupos e classes sociais  
e a partidos políticos  
e, além disso, sua opinião  
não fica restrita  
ao meio impresso.**

—

terceiro deslocamento se refere à forma de ocupação do espaço da opinião pública pelos profissionais dos meios de comunicação. Assim, por exemplo, no caso da imprensa deu-se a passagem gradual do jornal como órgão de notícias a órgão de opinião, ou seja, os jornalistas comentam e interpretam as notícias, opinando sobre elas. Os jornalistas passam a ocupar o lugar que, tradicionalmente, cabia a grupos e classes sociais e a partidos políticos e, além disso, sua opinião não fica restrita ao meio impresso, mas passa, por um lado, a servir como material para os noticiários de rádio e televisão e, por outro lado, espalha-se pelas redes de multimídia. Estas, porém, ao mesmo tempo que potencializam o jornalismo impresso, podem destruí-lo. Estudos mostram que, para tentar salvar-se, “o jornalismo está

ficando cada vez mais rápido, inexato e barato” e que, para tentar conservar um público leitor, julga dever dirigir-se a públicos específicos, “havendo, assim, ascensão do partidarismo, que, no entanto, deixa o leitor ainda mais desconfiado em relação às notícias”. Para fazer jornalismo opinativo ou assertivo, rápido e barato, o jornalista passa “a fazer buscas assertivas globais [via internet e consulta a ‘personalidades’], de forma aleatória e automática, e a mesclar informações confiáveis com informações não confiáveis” (COSTA, 2005, p. 25-26). Rápido, barato, inexato, partidarista, mescla de informações aleatoriamente obtidas e pouco confiáveis, não investigativo, opinativo ou assertivo, detentor da credibilidade e da plausibilidade, o jornalismo se tornou um dos protagonistas da destruição da esfera da opinião pública.

## A desinformação

A desinformação é o principal resultado da maioria dos noticiários nos jornais, no rádio e na televisão, pois, de modo geral, as notícias são apresentadas de maneira a impedir que se possam localizá-las no espaço e no tempo, isto é, geográfica, social e historicamente.

*Ausência de referência espacial:* as diferenças próprias do espaço percebido (perto, longe, alto, baixo, grande, pequeno) são apagadas; o aparelho de rádio e a tela da televisão tornam-se o único espaço real. As distâncias e proximidades, as diferenças geográficas e territoriais são ignoradas, de tal modo que algo acontecido na China, na Índia, nos Estados Unidos ou em Campina Grande apareça igualmente próximo e igualmente distante.

*Ausência de referência temporal:* os acontecimentos são relatados como se não tivessem causas passadas nem efeitos futuros; surgem como pontos puramente atuais ou presentes, sem continuidade no tempo, sem origem e sem consequências; existem enquanto forem objetos de transmissão e deixam de existir se não forem transmitidos. Têm a existência de um espetáculo e só permanecem na consciência dos ouvintes e espectadores enquanto permanecer o espetáculo de sua transmissão.

Paradoxalmente, rádio e televisão podem oferecer-nos o mundo inteiro num instante, mas o fazem de tal maneira que o mundo real desaparece, restando apenas retalhos fragmentados de uma realidade desprovida de raiz no espaço e no tempo. Como desconhecemos as determinações econômico-territoriais (geográficas, geopolíticas etc.) e como ignoramos os antecedentes temporais e as consequências temporais dos fatos noticiados, não podemos compreender seu verdadeiro significado. Essa situação se agrava com a TV a cabo, com emissoras dedicadas exclusivamente a notícias, durante 24 horas, colocando num mesmo espaço e num mesmo tempo (ou seja, na tela) informações de procedência, conteúdo e significado completamente diferentes, mas que se tornam homogêneas pelo modo de sua transmissão. O paradoxo está em que há uma verdadeira saturação de informação, mas, ao fim, nada sabemos, depois de termos tido a ilusão de que fomos informados sobre tudo.

Se não dispomos de recursos que nos permitam avaliar a realidade e a veracidade das imagens transmitidas, somos persuadidos de que efetivamente vemos o mundo quando vemos a TV. Entretanto, como o que vemos são as imagens escolhidas, selecionadas, editadas, comentadas e interpretadas pelo transmissor das notícias, então é preciso reconhecer que a TV é o mundo. É este o significado profundo e preciso da ausência de referenciais concretos de lugar e tempo – ou seja, das condições materiais, econômicas, sociais, políticas, históricas dos acontecimentos. Em outras palavras, essa ausência não é uma falha ou um defeito dos noticiários, e sim um procedimento deliberado de controle social, político e cultural.

Essa situação tende a ser agravada pelo sistema multimídia, que potencializa o fenômeno da indistinção entre as mensagens e entre os conteúdos. Como todas as mensagens estão integradas num mesmo padrão cognitivo e sensorial, uma vez que educação, notícias e espetáculos são fornecidos pelo mesmo meio, os conteúdos se misturam e se tornam indiscerníveis. Essa mescla dos conteúdos é agravada e reforçada pela encenação: programas educativos em forma de videogames, notícias em forma de espetáculo, transmissão de sessões do poder Legislativo ou do sistema Judiciário como se fossem novelas, jogos esportivos como se fossem coreografias de dança etc. A multimídia unifica num único universo digital manifestações culturais distintas no espaço e no tempo, diferentes por sua origem (classes sociais, nacionalidades, etnias, religiões, Estados, centros de pesquisa etc.), diversas por

seu conteúdo e finalidade (informação, educação, entretenimento, política, artes, religião), dando origem à *cultura virtual*. O que é ela?

É um sistema em que a própria realidade (ou seja, a experiência simbólica/material das pessoas) é inteiramente captada, totalmente imersa em uma composição de imagens virtuais no mundo do faz de conta, no qual as aparências não apenas se encontram na tela comunicadora da experiência, mas se transformam em experiência. Todas as mensagens de todos os tipos são incluídas no meio porque fica tão abrangente, tão diversificado, tão maleável, que absorve no mesmo texto de multimídia toda a experiência humana, passada, presente e futura, como em um ponto único do universo. (CASTELLS, 1999, p. 459).

**O problema é saber quem tem a gestão de toda a massa de informações que controla a sociedade, quem utiliza essas informações, como e para que as utiliza.**

### **A questão do poder**

Do ponto de vista da democracia, a questão que se coloca, portanto, é saber quem detém o controle dessa massa cósmica de informações. Ou seja, o problema é saber quem tem a gestão de toda a massa de informações que controla a sociedade, quem utiliza essas informações, como e para que as utiliza, sobretudo quando se leva em consideração um fato técnico, que define a operação da informática, qual seja, a concentração e centralização da informação, pois, tecnicamente, os sistemas informáticos operam em rede, isto é, com a centralização dos dados e a produ-

ção de novos dados pela combinação dos já coletados.

No que se refere ao campo da opinião pública e do direito à informação, podemos focalizar a questão no exercício do poder pelos meios de comunicação, tomando-o sob dois aspectos principais: o econômico e o ideológico.

Do ponto de vista econômico, os meios de comunicação são empresas privadas, isto é, uma indústria (a indústria cultural) regida pelos imperativos do capital. São um negócio. E um negócio que, sob os efeitos da forma econômica neoliberal ou da chamada globalização, passou por profundas mudanças estruturais, pois “num processo nunca visto de fusões e aquisições, companhias globais ganharam posições de domínio na mídia” (COSTA, 2005, p. 18). Além da forte concentração (os oligopólios beiram o monopólio), também é significativa a presença, no setor das comunicações, de empresas que não tinham vínculos com ele nem tradição nessa área. O porte dos investimentos e a perspectiva de lucros jamais vistos levaram grupos proprietários de bancos, indústria metalúrgica, indústria elétrica e eletrônica, fabricantes de armamentos e aviões de combate, indústria de telecomunicações a adquirir, mundo afora, jornais, revistas, serviços de telefonia, rádios e televisões, portais de internet, satélites etc.

Estamos diante de uma nova forma de inserção do saber e da tecnologia no modo de produção capitalista. Nas revoluções técnicas e tecnológicas anteriores, a pesquisa científica teórica era autônoma e se tornava ciência aplicada quando empregada por meio de tecnologias vinculadas à produção econômica ou quando os resultados teóricos eram retomados com fins econômicos em laboratórios mantidos pelas empresas de produção. Hoje, a ciência (teórica e aplicada) tornou-se força produtiva, deixando de ser um suporte do capital para se converter em agente de sua acumulação e reprodução. Consequentemente, mudou o modo de inserção social dos pensadores porque se tornaram agentes econômicos diretos, e a força e o poder capitalistas encontram-se, hoje, no monopólio dos conhecimentos e da informação.

Que se passa no plano da comunicação?

Como observam vários jornalistas, houve não só a expansão da tecnologia analógica, mas, em menos de duas décadas, o salto para a tecnologia digital, a explosão da telefonia celular e a multiplicação das maneiras de comunicação com a possibilidade de interação entre redes de computador, e

[...] um aumento exponencial na velocidade de transmissão de dados, sob qualquer plataforma – celular, rádio, satélite, fibra de vidro ou mesmo fio de cobre – os dados passaram a trafegar nas redes de comunicação passando de mil para milhões de bytes. A tecnologia do sistema digital modifica totalmente a forma da comunicação, pois pode integrar num único sistema de distribuição e recepção a televisão, a Internet, o cinema, a telefonia de voz e imagem, redes de dados, distribuído pela casa ou pelo escritório para cada aparelho receptor: “televisão de alta definição, telefone fixo ou celular, tela de cinema, micro-ondas e até geladeira, tudo regulado via Internet [...]. Cada canal de seus infindáveis canais vai permitir uma aplicação diferente”. (COSTA, 2005, p. 10).

Em tais condições, só grupos poderosíssimos, resultantes de alianças entre empresas de comunicação de massa, operadoras de comunicação, provedores de serviços de internet e empresas de computadores estarão em posição de dominar os recursos econômicos e políticos necessários para a difusão da multimídia. Assim, haverá um sistema multinacional, porém, com toda probabilidade, será decisivamente moldado pelos interesses comerciais de uns poucos conglomerados ao redor do mundo. O desenvolvimento de um sistema multimídia integrado, porém, não exige apenas gigantescos investimentos em infraestrutura e programação, mas ainda a definição do chamado “ambiente regulador” (isto é, quem manda em quem e no que), dificultado por conflitos e litígios óbvios e previsíveis entre empresas, partidos políticos e legisladores dos governos.

### **Alguns efeitos sociais e culturais da multimídia**

Pesquisas realizadas em alguns países do capitalismo central indicam que a chamada “casa eletrônica” enfatiza dois traços de um novo modo de vida: a centralidade da casa e o individualismo.



*Centralidade da casa:* aumentou o tempo passado em casa, pois praticamente tudo pode ser feito sem sair do domicílio (compras, pagamentos, correspondência, várias modalidades de trabalho e as informações sobre os acontecimentos, dos quais não se precisa ou não se quer participar) e os principais gastos da família são dirigidos à aquisição de aparelhos que permitam não sair de casa.

*Individualismo:* os aparelhos portáteis levam cada membro da família a organizar seu próprio espaço e seu próprio tempo – o micro-ondas favorece refeições solitárias, reduzindo as refeições familiares coletivas; o telefone celular e o microcomputador permitem conversas no isolamento de um cômodo, sem a presença de outros membros da família. Além disso, com a baixa dos preços de aparelhos de rádio, televisão, videogames e aparelhos de som para CD, todos eles equipados com um sistema individual para a audição, cada membro da família pode compor seu próprio mundo audiovisual apartado dos outros.

—

**A internet nos coloca  
diante de uma  
contradição: de um  
lado, atravessando  
potencialmente todas as  
fronteiras territoriais e  
políticas [...], de outro,  
porém, as práticas  
reticulares determinam  
lentamente o surgimento  
de um novo tipo de  
subjetividade.**

—

Outras pesquisas indicam o crescimento da estratificação social entre os usuários: ou seja, o peso das diferenças de classe, etnia e gênero, pois o acesso à multimídia depende não só de condições econômicas (dinheiro, infraestrutura física da casa, disponibilidade de tempo), mas também de condições educacionais e culturais (conhecimento de várias línguas, conhecimentos gerais básicos para poder buscar informações e formas de interação entre elas), de sorte que surgem dois tipos de usuário, o que é capaz de ação seletiva e interativa e o que só é capaz de recepção de pacotes enviados pelo emissor. Em outras palavras, a multimídia reforça a exclusão social (do ponto de vista econômico) e a hierarquia (do ponto de vista social e cultural).

### **Internet e democracia**

Indaguemos se a internet abre um campo verdadeiramente democrático e supera a ideologia da competência, em geral, e o autoritarismo sociopolítico brasileiro.

Com explica Paul Mathias (2009), a internet é um ponto de convergência entre uma arquitetura industrial, múltiplas linguagens informáticas e um grande número de práticas intelectuais e cognitivas, econômicas, sociais, políticas, artísticas e de lazer. É uma organização de informações, parte da Rede (a *Web*) na qual o centro está em toda parte e a circunferência em nenhuma, disseminada numa infinidade de máquinas através do mundo. A internet é um enxame de redes privadas e públicas, institucionais, comerciais, governamentais, associativas conectadas em inúmeros “nós” que formam uma

“nebulosa informacional amplamente insondável, diversamente organizada, às vezes aberta e disponível, mas frequentemente fechada e secreta” (ibidem, p. 24) e que aparece como uma comunicação tecnológica e universal entre as consciências que compartilham opiniões, pontos de vista, experiências, pensamentos, observações, hábitos e mesmo as banalidades da vida cotidiana, ou um mundo de representações entrelaçadas, concordantes ou antagônicas.

Ora, a internet nasce numa infraestrutura econômica que ela mantém invisível, como ocorre em todas as esferas da sociedade capitalista. Mas não é assim que ela *aparece*, isto é, como um instrumento da economia ou uma estratégia econômica. Ela aparece como um ambiente universal de informação e comunicação globalmente uniforme, como capaz de trazer proveitos cognitivos, sociais, artísticos e políticos e como instrumento de pesquisa, de tal maneira que seu usuário “pode instantaneamente se beneficiar com todos os serviços que a potência de seu dispositivo técnico é suscetível de lhe dar” (ibidem, p. 26).

Na verdade, embora o uso das redes possa envolver usos técnicos diversos, entretanto nossa experiência reticular está circunscrita a um número restrito de programas aplicativos que permitem as múltiplas operações desejadas em um número limitado de gestos previstos e uniformes em todo o planeta, sem que tenhamos a menor ideia do que são e significam os protocolos informáticos que empregamos. De fato, “o objeto que cintila na tela” não é um texto ou uma imagem, mas “um sistema aplicativo opaco do qual percebemos apenas a interface que utilizamos” (ibidem, p. 27), sem jamais conhecer sua complexidade técnica, que permanece invisível sob a visibilidade contínua. Ignoramos os procedimentos operatórios que a criaram e a conservam, as leis de sua formação e configuração, sua arquitetura funcional. Em outras palavras, com a internet não sabemos onde estamos nem o que fazemos!

*A internet nos coloca diante de uma contradição:* de um lado, atravessando potencialmente todas as fronteiras territoriais e políticas, parece permitir uma distribuição de conhecimentos, dar fim às disparidades cognitivas e permitir aos grupos e aos indivíduos se apropriar de seu ambiente econômico, social, cultural e político; de outro, porém, as práticas reticulares determinam lentamente o surgimento de um novo tipo de subjetividade que não se define mais pelas relações do corpo com o espaço e o tempo do mundo ou da vida, mas com a complexidade de relações artificiais que permanecem esparsas e fragmentadas. Ela produz a *atopia*, isto é, a ausência dos referenciais espaciais próprios do corpo humano e da percepção – tudo se passa *aqui* (na tela plana). E produz a *acronia*, isto é, a desapareição da percepção dos referenciais do tempo (presente, passado e futuro) – tudo se passa *agora* (na tela plana). Numa palavra, ela está em vias de produzir uma nova subjetividade e uma nova sociabilidade desligadas do espaço e do tempo, isto é, o mundo virtual.

A contradição aumenta se levarmos em consideração a relação entre os usuários e o monopólio da informação pelas empresas de comunicação de massa. De fato, podemos considerar, do ponto de vista da ação política, que a internet e as redes sociais realizam uma ação democratizadora, tanto por quebrar esse monopólio, assegurando a produção e a circulação livres da informação, como também por promover acontecimentos políticos de afirmação do

direito democrático à participação. Ao mesmo tempo, porém, não podemos ignorar que os usuários da internet e das redes sociais não possuem o domínio tecnológico da ferramenta que empregam. Justamente porque são *usuários*, não detêm qualquer poder sobre a ferramenta empregada, pois este poder é uma estrutura altamente concentrada, a internet Protocol, com dez servidores nos Estados Unidos e dois no Japão, nos quais estão alojados todos os endereços eletrônicos mundiais, de maneira que se tais servidores decidirem se desligar, desaparece toda a internet; além disso, a gerência da internet é feita por uma empresa norte-americana em articulação com o Departamento de Comércio dos Estados Unidos, isto é, eles gerem o cadastro da internet mundial. Assim, sob o aspecto maravilhosamente criativo e anárquico das redes sociais em ação política ocultam-se o controle e a vigilância sobre seus usuários em escala planetária, isto é, sobre toda a massa de informação do planeta.

Como observa Laymert Garcia dos Santos (2013), o capital global privatiza as telecomunicações, coloniza a rede e faz o loteamento do campo eletromagnético, visando controlar o acesso ao chamado ciberespaço, não sob a forma da relação de compra e venda com seus clientes, e sim de fornecimento e uso. Trata-se, portanto, de um novo tipo de mercado em que o cliente, ou melhor, o usuário é transformado em mercadoria porque a estratégia de venda não consiste mais em vender um produto para o maior número de clientes, mas em vender no ciberespaço o maior número de produtos para um usuário. Donde a importância dada ao aumento crescente do tempo em que usuário permanece conectado a esse espaço, tempo que é capitalizado. De fato, explica Garcia dos Santos (2013), os provedores de acesso traçam o perfil do usuário em termos de preferências de acessos (escolhas e rejeições), idade, gostos etc.; perfil que serve de base de cálculo para o valor de tempo de vida em termos de sua virtualidade de acesso e consumo. O indivíduo se reduz a um fluxo de dados que pode ser reorganizado e vendido de acordo com os interesses de potenciais anunciantes, os quais, de posse dessas amostras compradas, invadirão os acessos dos indivíduos ao ciberespaço com propagandas já direcionadas para seus gostos. O controle é feito sobre senhas e acessos, organizados como amostras de bancos de dados, bases com que o mercado financeiro se articula com a especulação de possibilidades, isto é, do valor da informação, única mercadoria que conta, tornando-se a medida de todas as coisas, pois para o capital global a informação é a medida quantitativa de tudo.

## Referências bibliográficas

CASTELLS. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Caio Túlio. Modernidade líquida, comunicação concentrada. Artigo inédito, jul. 2005.

MATHIAS, Paul. *Qu'est-ce que l'Internet?* Paris: Vrin, 2009.

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sociotécnico da informação digital e genética*. São Paulo: Editora 34, 2013.